



# Estado de Goiás

## CÂMARA MUNICIPAL DE EDÉIA

176

**Ata da segunda (2ª) Sessão Ordinária do mês de outubro, no terceiro (3º) ano, da décima nona (19ª) legislatura da Câmara Municipal de Edéia.**

Às 20h10 do dia 03 de outubro de 2023 (03/10/2023), no Plenário Maria Onofre de Barros, reuniram-se sob a presidência da Vereadora **Gillene Aparecida Fernandes da Silva**, os Vereadores: **Diogo Soares e Silva, Eunice de Carvalho Dutra, Francisco Vieira Nunes, Guilherme Carvalho de Almeida, Luiz Humberto do Nascimento, Orisvaldo Antônio de Souza Borges, Talita Lemes de Araújo Neto e Ricardo Carlos Trindade**. Havendo quórum regimental a presidência declarou sob a proteção de Deus aberta a sessão, solicitando a todos que se postassem de pé para ouvirem a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada, a qual foi feita pela Vereadora Talita Lemes e logo após todos fizeram a oração do Pai Nosso. **EM EXPEDIENTE:** Foi feita a leitura da ata da 1ª sessão ordinária do mês de outubro de 2023, a qual foi aprovada sem retificação por 7 (sete) votos favoráveis e uma abstenção. **NA ORDEM DO DIA:** Após leitura o **Projeto de Lei nº 41/2023**, de autoria do Poder Executivo, o "qual autoriza o Poder Executivo a promover a firmar Termo de Cooperação com a ASSOCIAÇÃO EDEENSE TRANSFORMANDO VIDAS (CNPJ: 07.957.006/000-49), visando a concessão de autorização condicionada para a realização de obra de reforma e ampliação do prédio público em que a entidade se encontra sediada, sofreu sua 2ª votação em Plenário sendo aprovado por unanimidade de votos. Após leitura e discussão o **Projeto de Decreto Legislativo nº 90/23** de autoria da Vereadora Talita Lemes, o qual concede Título de Cidadão Edeense à **José Guilherme Nunes Rios**, foi encaminhado à Comissão de Constituição Justiça e Redação e após parecer favorável, sofreu a sua única votação em Plenário, sendo aprovado por unanimidade de votos. Após leitura e discussão o **Projeto de Decreto Legislativo nº 91/23** de autoria da Vereadora Talita Lemes, o qual concede Título de Cidadã Edeense à **Danyelle Silva Godoy Souza**, foi encaminhado à Comissão de Constituição Justiça e Redação e após parecer favorável, sofreu a sua única votação em Plenário, sendo aprovado por unanimidade de votos. Após leitura e discussão o **Projeto de Decreto Legislativo nº 92/23** de autoria do Vereador Orisvaldo Antônio, o qual concede Título de Cidadão Edeense à **Misael Amaral de Souza**, foi encaminhado à Comissão de Constituição Justiça e Redação e após parecer favorável, sofreu a sua única votação em Plenário, sendo aprovado por unanimidade de votos. Após leitura e discussão o **Projeto de Decreto Legislativo nº 93/23** de autoria do Vereador Orisvaldo Antônio, o qual concede Título de Cidadão Edeense à **Carlos Jeová da Silva Neiva**, foi encaminhado à Comissão de Constituição Justiça e Redação e após parecer favorável, sofreu a sua única votação em Plenário, sendo aprovado por unanimidade de votos. Após leitura e discussão o **Projeto de Decreto Legislativo nº 94/23** de autoria do Vereador Luiz Humberto, o qual concede Comenda Alegrete à **Vera Lúcia Boer Trindade**, foi encaminhado à Comissão de Constituição Justiça e Redação e após parecer favorável, sofreu a sua única votação em Plenário, sendo aprovado por unanimidade de votos. **A PALAVRA FOI ABERTA AO PLENÁRIO:** No uso o Vereador **Luiz Humberto do Nascimento**, cumprimentou os colegas, presentes e ouvintes; disse que o Prefeito em um programa de rádio disse para ele cuidar da sua casa que da dele ele cuida, mas a função do Vereador por lei é fiscalizar, e é isso que tem feito, deixando as reivindicações de reforma da Casa de Apoio em Goiânia que está uma calamidade e da Casa de Velório que também precisa de reforma; ressaltou sua tristeza em relação a fala da Presidente na Rádio Edéia FM, que disse que o mesmo só defende o Vereador Diogo Soares, porque também sofreu processo nesta Casa, tendo que devolver dinheiro; disse que realmente devolveu dinheiro, que foi pago uma gratificação indevida a um servidor, além de uma multa, mas que foi absolvido do processo de improbidade administrativa na justiça e sofreu sanção por um processo administrativo da Casa e de novo



